



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

19/09/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Ações trabalhistas estão caindo

O número de ações trabalhistas no Brasil caiu 27,3% entre 2017 e 2018: passou de 3,4 milhões para 2,5 milhões, segundo o relatório Justiça em Números, principal fonte estatística do Poder Judiciário. Especialistas apontam que o fenômeno está relacionado à reforma trabalhista e às mudanças decorrentes dela, como o pagamento de custas e honorários advocatícios pela parte perdedora – inclusive se for o trabalhador.

**A Tribuna** teve acesso a uma sentença da 2ª Vara do Trabalho de São Vicente, em que um ex-funcionário teve julgados improcedentes todos os pedidos contra a empresa onde trabalhava: assédio moral, acidente de trabalho e jornada. A firma foi defendida pelo advogado Heitor Emiliano Lopes de Moraes, da Marsaioli & Marsaioli Advogados Associados. Ele foi condenado a pagar R\$ 4mil em honorários advocatícios da parte acionada, equivalentes a 10% do valor da causa, mais R\$ 800,00 em honorários periciais e multa de R\$ 800,00 por litigância de má-fé (atitude desleal no processo). O mesmo ocorreu com a testemunha do reclamante, punida no mesmo valor.

Como o ex-funcionário tinha conseguido direito à Justiça gratuita, ele foi isento das custas do processo e, se comprovar que não tem como pagar os honorários, o crédito fica suspenso por dois anos, até que haja uma mudança na condição financeira dele. Caso nada se altere nesse período, ele ficará desobrigado de pagar o valor.

### OPINIÕES

A juíza e presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Aparecida Garcia Porto, considera cedo para avaliar o impacto da reforma trabalhista, vigente desde novembro de 2017, na queda das ações. Porém, reconhece que a demanda caiu por medo dos reclamantes em perder os casos e ter que bancar os custos do processo.

Advogado especialista em Direito do Trabalho, Vitor Rodrigues Marques concorda com a presidente da Anamatra quanto ao receio dos profissionais. "Antes da reforma, a demanda era muito maior. A condição econômica do País também contribui, pois hoje muita gente está desempregada."

Fonte: Jornal A Tribuna – 19/09/2019

## Na comissão mista, debatedores divergem sobre valor dos saques do FGTS

A Medida Provisória (MP 889/2019) que institui mudanças no saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e também do PIS/Pasep, inclusive prevendo os saques imediatos, foi discutida em audiência pública por senadores e deputados.

O senador Chico Rodrigues (DEM-RR) lembrou que a iniciativa não prejudica os empregadores, já que o valor de depósito do FGTS não será alterado. Uma nova audiência pública na comissão mista que analisa a matéria está marcada para esta quinta-feira (19).

Fonte: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

## Política de desvalorização do salário mínimo aumentará pobreza, alerta Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou nesta quarta-feira (18), em Plenário, o governo federal por, a cada dia, acabar com a política do salário mínimo, atualmente fixado em R\$ 998,00. Na sua opinião, deixar o salário mínimo sem reajustes terá consequências drásticas à economia do Brasil, além de agravar ainda mais a situação da população de baixa renda.

De acordo com o senador, o Executivo federal já iniciou, na prática, a política de desvalorização do salário mínimo ao extinguir a correção automática do valor pela inflação mais o produto interno bruto (PIB), o que era fixado por lei até 2019. Agora, continuou Paim, ao anunciar o congelamento do valor do salário mínimo por dois anos, além de violar a Constituição que garante a manutenção do poder de compra do salário básico da sociedade, seria desastroso também para o resto da economia nacional.

– É bom lembrar ao governo, que, para cada R\$ 1,00 a menos no salário mínimo, ele próprio perde de arrecadar R\$ 0,54 em tributos. Onde vamos chegar? Na miséria total da população? Na fome coletiva? Em mais desemprego? Se não existe poder de compra, o empregador não vai produzir estoques para guardar na prateleira. Ele tem de ter para quem vender. Além disso, o salário mínimo não só é termômetro, como é parâmetro também para os outros salários – alertou o senador, calculando que, levando em conta também os benefícios previdenciários, cerca de 100 milhões de brasileiros dependem do salário mínimo.

Fonte: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

## Novos empregos pagam até dois salários

Em contrapartida ao recuo do desemprego no Brasil, a grande maioria das novas vagas geradas no país possui uma remuneração máxima de até dois salários mínimos, aponta análise do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Segundo o relatório divulgado nesta quarta-feira (18), apenas as duas primeiras faixas salariais possuem saldos positivos, ou seja, o número de contratações supera o de demissões. “Para todos os demais níveis salariais acima, a dispensa de trabalhadores é maior que o total de admissões”, diz o relatório do Ipea.

De acordo com a documentação do instituto, nos últimos doze meses, os quatro maiores setores empregadores do país - indústria de transformação, construção civil, comércio e serviços- mostram uma criação maior de empregos com remuneração entre um e dois salários mínimos e uma destruição de vagas com salário superior a esse patamar.

“Em 2015 e 2016, com a crise batendo mais forte, não conseguíamos remunerar nem dois salários mínimos. Em 2019, mesmo começando a se recuperar, em 2010 e 2013 a diferença entre um e dois salários mínimos era muito maior”, explicou Maria Andreia Parente, técnica de planejamento do Ipea. “Por mais que a gente gere vagas que remuneram de um a dois salários mínimos, ainda estamos em uma proporção menor do que aquela que vivemos no período pré-crise”, acrescentou a técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 19/09/2019



**ELEIÇÕES SINDICAIS  
SINTIUS**

**8 E 9 DE OUTUBRO**